

43º Encontro Anual da Anpocs

SPG 16: Memória, verdade e justiça no Brasil: trajetória de uma política fracassada?

Título: Políticas públicas de memória e a emergência de outras histórias: o caso de Volta Redonda e do Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF)

Alejandra Estevez (CEMESF/UFF)

Ana Paula Poll (CEMESF/Profiap/UFF)

Sabrina de Oliveira Moura Dias (CEMESF/Profiap/UFF)

Políticas públicas de memória e a emergência de outras histórias: o caso de Volta Redonda e do Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF)

Introdução

A luta por justiça e reparação ganhou novos contornos no Brasil nos últimos anos tendo em vista a emergência de uma série de medidas com o intuito de recuperar a memória das graves violações aos direitos humanos ocorridas no país no período da ditadura civil-militar. Desempenhou importante papel neste processo a pressão exercida por membros e organizações da sociedade civil, associações de ex-presos políticos e familiares, partidos e políticos afinados com as causas dos direitos humanos. Motivados por governos progressistas e pela emergência de políticas públicas de recuperação da memória, uma série de pesquisas, relatórios e trabalhos sobre o período foram produzidos com o objetivo de lançar novas luzes sobre os acontecimentos passados, reescrevendo ou mesmo desvelando partes da história que foram apagadas ou que foram durante muito tempo silenciadas.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014 foi o pontapé inicial para a organização em várias cidades de Comissões Municipais da Verdade (CMVs) encarregadas de identificar e catalogar as graves violações aos direitos humanos perpetradas pelo Estado no período de 1964 a 1985, embora parte da violência de Estado tenha excedido estes tradicionais marcadores históricos. Podemos dizer que esse processo é fruto de um redirecionamento das políticas do Estado brasileiro na era PT. Em 2009, ainda no governo Lula, merece destaque o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 que prevê, pela primeira vez, o direito à memória e à verdade entre as políticas estatais voltadas para os direitos humanos. No mesmo ano, foi criado o projeto Memórias Reveladas, com o intuito de “abrigar informações, documentos, arquivos, objetos artísticos com valor simbólico, sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil”¹. Sem dúvida, estas

¹ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico> (Acesso em 05/10/2019)

ações contribuíram para a criação da CNV, em 2014, já sob o governo de Dilma Rousseff, ela mesma uma ex-presa política barbaramente torturada durante a ditadura. Desde então, novas políticas se desenvolveram a partir da instalação de Comissões estaduais e municipais da verdade, de financiamento de pesquisas na temática, bem como de abertura de arquivos e criação de instrumentos legais com o objetivo de ampliar o acesso a documentos até então inacessíveis, sobretudo tendo a Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, como respaldo legal. Essas comissões conduziram a experiências variadas e parecem ter logrado êxito em reunir substantivo volume de informações e documentos, sobretudo onde maior diálogo mantiveram com a sociedade.

As Comissões da Verdade tinham por objetivo trabalhar a partir de uma perspectiva de recuperação do passado com vistas a reparações - de ordem material e simbólica – às vítimas. Além disso, destaca-se seu caráter pedagógico, de punir “moralmente” os algozes e reconhecer as violações como forma de consolidação da democracia no país, na linha de uma cultura do “nunca mais” (SARLO, 2007). Nesse sentido, o trabalho das CVs não tinham por fito a punição judicial de pessoas e membros identificados como do alto escalão da ditadura, mas sim se refere a uma dimensão restitutiva, no sentido de garantir aos cidadãos o direito a conhecerem seu passado histórico e o acesso à documentação. À diferença dos nossos vizinhos do Cone Sul, no Brasil, além de tardias as comissões da verdade, a manutenção do fantasma da Lei de Anistia, de 1979, permanece como entrave para a busca da responsabilização e devida punição dos violadores. Apesar de os trabalhos das Comissões se apresentarem mais como de caráter restitutivo do que punitivo, essas políticas encontram resistências bem marcadas na sociedade, principalmente de pessoas/autoridades identificados com os órgãos e agentes da repressão.

As resistências que parecem ter emergido deste processo abrangente, pautado por políticas públicas nacionais voltadas ao trabalho de recuperação da memória, trouxe a Ditadura Militar brasileira para um lugar de destaque dentro do debate público e parece ter estimulado certo “revisonismo” ou mesmo “negacionismo” – em grande medida pouco qualificado – sobre o período, ou sobre seu papel na estrutura social brasileira. As políticas e os trabalhos de memória

instauradas neste período foram interpretados por alguns setores como Revanchismo ou como uma retomada da animosidade (fim da harmonia), bem como uma forma de ferir a anistia “ampla, geral e irrestrita” imposta em 1979. Neste sentido, os resultados produzidos pelas Comissões da Verdade foram contestados em maior ou menor medida, contribuindo para a criação e amplificação de um campo de disputas entre as memórias subterrâneas que emergiram dos trabalhos das comissões, a história oficial e os meios militares. Estas resistências criam empecilhos à continuidade do trabalho iniciado pelas CVs, no sentido de produzir espaços de memória, museus ou outras políticas públicas que permitam um diálogo mais duradouro com a sociedade e uma ação mais permanente com relação às violações.

Partindo do pressuposto de que a memória social é um campo em disputa, em que discursos são legitimados como memória oficial e outros são tornados subterrâneos (POLLAK, 1989), compreendemos a instalação das Comissões como política pública de fundamental importância na abertura de canais institucionais capazes de fazer reverberar vozes dissonantes sobre a ditadura. Esses “novos” discursos evidenciam que os processos sociais, sobretudo, os que envolvem a memória coletiva, estão sendo negociados constantemente. Neste sentido, o presente também forja a leitura que fazemos do passado.

Com base nesta apreensão dos trabalhos das CVs como campo de disputas, este *paper* tem por objetivo compreender os conflitos e campos abertos pela Comissão da Verdade de Volta Redonda, uma das mais ativas do país e que produziu um extenso relatório sobre as violações praticadas por órgãos da repressão em diferentes instâncias e ambientes, como dentro das empresas, ou na cidade, atingindo trabalhadores, religiosos, artistas, militantes sindicais e de partidos políticos e até mesmo soldados. Nesse sentido, a proposta deste trabalho consiste em incorporar ao debate sobre a Justiça de transição, uma discussão sobre as potencialidades, os limites e os entraves ao pleno desenvolvimento das políticas de memória, especialmente refletindo sobre seus desdobramentos para a região sul fluminense. Com base na experiência de participação nos trabalhos da CEV-Rio e da CMV-VR, assim como da articulação e consolidação de um

Centro de Memória na região Sul Fluminense² do Estado do Rio de Janeiro, nos propomos neste trabalho a discutir os campos abertos por estes trabalhos, os embates deles derivados e os desafios para a constituição e consolidação de um espaço em memória das vítimas da ditadura.

Da tradição à modernidade? Conservadorismo e modernidade na região Sul Fluminense

Volta Redonda é uma cidade conhecida no panorama nacional por uma condição de nascimento especial. Concebida dentro do Estado varguista, tinha por objetivo ser o espaço da criação da produção industrial e das novas relações de classe propiciadas pela expansão da industrialização de base, símbolo da modernidade a partir da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (MOREL, 1989). Por outro lado, a cidade ficou conhecida pelo aguerrido movimento sindical e pelos movimentos sociais que conduziram manifestações e ações coletivas de grande repercussão durante os anos 1980, e particularmente no ano de 1988 (GRACIOLLI, 1997; VEIGA e FONSECA, 2008). Sua “localização” privilegiada no centro das estratégias nacionais desenvolvimentistas, e sua pujante classe trabalhadora, consequência deste projeto industrial-modernizante, fez com que a cidade fosse objeto de um controle mais estrito durante os anos da ditadura.

A cidade tornou-se emblemática nos estudos sobre o trabalho e o desenvolvimento em função da sua origem, como cidade símbolo da industrialização pesada e das novas relações de classe do governo varguista na década de 1940, e em decorrência da organização e mobilização pujante de sua classe trabalhadores nos anos 1980, no bojo do movimento conhecido como “Novo Sindicalismo” no Brasil. A emergência e consolidação da indústria fez surgir a cidade de Volta Redonda na década de 1950, que reconfigurou o panorama

² Cujo principal acervo remete à documentação produzida pela CMV e pelo projeto “O 1º Batalhão de Infantaria Blindada na Repressão da Ditadura Militar na região Sul Fluminense”, financiado pela Faperj e desenvolvido com o intuito de subsidiar as investigações da CEV-Rio.

econômico-social de uma região até então com forte vocação no desenvolvimento de atividades agrícolas, e redimensionou as relações de poder entre as cidades limítrofes.

A potência com a qual a usina siderúrgica se instalou na cidade criou uma força centrífuga, atraindo não apenas a mão de obra próxima e distante para o moderno trabalho industrial. A usina desempenhou também grande poder de catalisador das atenções e investimentos políticos e econômicos. Volta Redonda, desde jovem, passou a receber e a atrair lideranças políticas de diferentes matizes ideológicas e a se configurar como cidade moderna, formada por pessoas vindas de diferentes lugares, à diferença de suas vizinhas, com uma política ancorada nas relações com famílias tradicionais. À semelhança de outras cidades, que surgiram antes do projeto e da concepção de arquitetos, projetistas e visionários do Brasil moderno, a de início cidade-dormitório Volta Redonda reunia as condições que a tornariam mais cosmopolita/moderna do que outros municípios do entorno, como Barra Mansa, Barra do Pirai e Resende.

Os símbolos da 'modernidade' eram desejados, sobretudo num contexto em que a industrialização de caráter etnocêntrico e tecnocrático era a solução que os países desenvolvidos encontraram para a pobreza tornada um problema dos países do "terceiro mundo" (ESCOBAR, 1995). A industrialização de Volta Redonda representava o desenvolvimento em um mundo classificado a partir da dicotomia centro/periferia. O signo dessa modernidade, a unidade produtiva de aço, ferro-gusa e coque instalada no coração do Vale do Café fluminense, produziu efeito simbólico significativo na localidade. O controle sobre esse processo foi disputado pelas oligarquias locais que já travavam suas disputas intra-oligárquicas desde o declínio da cafeicultura (COUTO, 2016). Volta Redonda emancipou-se de Barra Mansa à revelia, após a derrota de Sávio Gama (um *outsider* na política local) no pleito municipal para família tradicional do município de Barra Mansa.

Tendo perdido o símbolo da modernidade restou a tradição: a repressão e o controle da classe trabalhadora (BEDÊ, 2010) que se formava no núcleo urbano planejado para acomodar as atividades produtivas da indústria. Após a

emancipação de Volta Redonda em 1954, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB) – que converter-se-ia no maior centro de tortura do Sul Fluminense no período da ditadura civil-militar – permaneceu no município vizinho, Barra Mansa. A despeito dos debates acadêmicos acerca do binômio modernidade e tradição, e recorrendo apenas às representações sociais que remetem à industrialização à modernidade, é possível vislumbrar um cenário social e político que seria um óbice à efervescência social provocada pela urbanização e pelo trabalho industrial (assalariado). Essa seria apenas uma entre outras histórias que nos remetem à 'modernização autoritária' vivenciada pelo Brasil que buscava não só alterar seu modal econômico (agroexportador), mas superar o *modus operandi* que caracterizou a primeira república.

O passado autoritário não se encerra no passado, desloca-se, renitente, para o presente. A cisão pouco consensual entre os municípios definiu seu passado. Um município abria-se ao 'novo Brasil' e seria palco para a emergência de pujantes movimentos de trabalhadores durante a década de 1980, e o outro seguiria vinculado às oligarquias que o constituíram. E assim, também definiram seu papel durante os anos mais duros da ditadura civil-militar, abrigando de modo alvissareiro a mais insidiosa e potente força de controle e opressão dos trabalhadores que se organizavam para resistir ao golpe.

A divisão do trabalho: perseguição, repressão e tortura em Volta Redonda e Barra Mansa

Desta forma, a emergência da industrialização e a mudança que a existência da siderúrgica promove nas relações sociais na região Sul Fluminense conduzem a um novo arranjo político, econômico e social que serão determinantes para a história e a trajetória da região no período da ditadura civil-militar. Isto por que, como dito acima, a região é abalada por dois eventos que criam uma mudança social profunda nas relações: a emergência de uma nova

vocação econômica e moderna nos anos 1940 e, no plano político nacional, a instauração de uma ditadura militar nos anos 1960. Neste sentido, é imprescindível analisar a mudança política na região em conjunto com a mudança econômico-social que a antecedeu. Isto porque Volta Redonda marcou a região não apenas como palco da moderna produção econômica, mas das modernas relações de classe, com a emergência de partidos políticos, ativismo político e sindical que a acompanham. É no contexto de perseguição política da ditadura militar que a cidade de Volta Redonda se torna área de segurança nacional nos anos 1970, o que já indica seu papel econômico-político estratégico dentro do *establishment* militar. No entanto, a estrutura e o aparato de repressão institucional oficial se localizam antes nas cidades de Barra Mansa e Resende, nas instalações do 1º BIB e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Neste contexto, compreender o papel do 1º BIB, localizado no município vizinho de Barra Mansa, foi ponto chave para a reflexão crítica relacionada à ação do movimento operário e do movimento católico na região durante a ditadura. Instalado em 1950 com a função de ordem e controle da classe trabalhadora recém-chegada à cidade por conta da CSN, após o Golpe, assumiu o papel de instância de repressão, tornando-se o principal centro de prisão e tortura da região. A ação repressiva do batalhão se voltou sobretudo contra a classe trabalhadora, mas também atingiu os militantes católicos aglutinados em torno da figura de Dom Waldyr Calheiros e da Juventude Operária Católica (JOC), assim como militantes de organizações revolucionárias (CMV-VR, 2015).

Além dos grupos acima mencionados, a repressão se estendeu ao interior da corporação militar. Em fins de 1971 e início de 1972, quinze soldados foram presos e torturados, entre os quais quatro vieram a morrer em decorrência das bárbaras torturas sofridas. Chama a atenção neste caso, o fato de ser o único em que o Estado brasileiro, em pleno governo Médici, admitiu sua responsabilidade pela morte dos soldados no interior de uma unidade militar em decorrência da prática de tortura. Trata-se de um caso emblemático, em que todos os militares envolvidos, independentemente de suas patentes, foram condenados pela própria Justiça Militar (SERBIN, 2001). Estas e outras revelações foram possíveis em grande medida através da escuta dos 89 testemunhos reunidos pela CMV. Entre

os depoentes, muitos contavam suas histórias pela primeira vez. Vale mencionar que o historiador responsável pela condução das investigações era, ele mesmo, filho de um importante militante do Partido Comunista local, Waldyr Bedê.

O relatório da CMV de Volta Redonda também foi preciso em demonstrar as relações próximas entre órgãos de informação e investigação atuantes dentro da Usina Presidente Vargas (UPV) em Volta Redonda e em âmbito nacional – junto ao Sistema Nacional de Informação (SNI) –, bem como entre a direção da fábrica e os membros da repressão. As concessões de aluguéis subsidiados de casas da vila-operária construídas pela CSN a membros do exército e do 1º BIB denunciam a estratégia de manter a vigilância e o controle próximos (CMV-VR, 2015). Certa divisão das tarefas durante a repressão parece marcar a relação entre as cidades vizinhas de Volta Redonda e Barra Mansa, como se Barra Mansa herdasse um passivo, por ter abrigado um antigo centro de repressão, ao passo que Volta Redonda seria vista como a cidade-síntese das modernas relações de classe e do desenvolvimento nacional. Nossa intenção é superar esta visão bastante disseminada no senso comum da região, demonstrando como a violência foi promovida e exercida também no interior da usina, em profunda articulação com as forças militares, enquanto sabemos que muitos militantes e moradores de Barra Mansa se destacam, através de suas memórias, na resistência e combate à ditadura.

O espaço do BIB deu lugar à tortura de forma sistemática e organizada. Por ele passaram não apenas operários e lideranças sindicais, mas também artistas, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais, o que demonstra que a repressão se abateu de forma abrangente sobre a região. Durante o período ditatorial, o 1º BIB foi um espaço de memórias traumáticas, de medo e sofrimento, para aqueles que experimentaram a violência direta do Estado brasileiro e, para as famílias, assim como um território atravessado pelo silêncio, por muitos “não-ditos”, entre os habitantes da região. Após o fim do regime militar, o antigo BIB foi transformado em Parque da Cidade e passou a ser administrado pela prefeitura de Barra Mansa, implementando um evidente processo de apagamento da história e silenciamento das memórias dos sobreviventes.

A instalação da Comissão Municipal da Verdade e o surgimento do CEMESF

A instalação da Comissão Nacional da Verdade é um marco na história da justiça de transição brasileira, especialmente ao recuperar e dar visibilidade às memórias de diferentes grupos sociais que atuaram e se opuseram à ditadura civil-militar brasileira. Embora de caráter tardio – considerando as políticas desenvolvidas em países vizinhos como o Chile e a Argentina –, a instalação das comissões da verdade teve o êxito de reunir membros da sociedade civil, das organizações de defesa aos direitos humanos e dos movimentos sociais em diferentes níveis da federação em torno do resgate da memória da ditadura, garantindo assim o direito à verdade e à memória, um dos pilares fundamentais do processo transicional, e à reparação simbólica às vítimas do regime autoritário (WEICHERT, 2018). Contudo, a projeção e a extensão alcançadas pelo trabalho de resgate e de reparação não foram capazes de evitar a virulência do refluxo deste processo. As eleições sucessivas de uma ex-presa política e de um ex-militar puseram em evidência um conflito entre memórias que refletiu no âmbito nacional as disputas travadas no seio da sociedade quando as políticas públicas de memória trouxeram ao centro do debate público memórias por muito tempo silenciadas.

No momento da emergência das políticas de memória e reparação em âmbito nacional, grande simbolismo residia no fato de que a autoridade máxima do governo do país, Dilma Rousseff, havia sido vítima de perseguição e tortura durante a ditadura. Assim, respondendo a uma demanda histórica dos movimentos por memória, verdade e justiça, a CNV teve o seu mandato vigente no período de 2012 a 2014. À instalação da CNV se seguiram a criação de Comissões Estaduais (CEV) e Comissões Municipais da Verdade (CMV), bem como comissões setoriais (sindical, saúde pública, entre outras). Esta política pública tinha como claro objetivo dar vazão às demandas de reconhecimento das violações perpetradas pelo aparato repressivo do Estado durante o período da ditadura no país e avançar nas investigações históricas, sobretudo aquelas que pudessem colaborar na busca pelos restos mortais dos desaparecidos políticos e

no entendimento sobre o funcionamento da máquina repressiva, com vistas a recomendar reformas institucionais capazes de contribuir para o avanço e consolidação da democracia.

Destas comissões participaram um conjunto diversificado de autoridades políticas, movimentos populares e sociais, organizações da sociedade, instituições diversas, bem como pesquisadores. Da experiência de mobilização de segmentos diversificados da sociedade civil resultou uma série de produtos entre discussões, palestras, relatórios, produção de materiais audiovisuais, organização de documentos, artigos, entre outros, muitos deles hoje disponíveis nos sites das comissões nacional e estadual da verdade. Uma vez findos os trabalhos das Comissões de levantamento, organização e sistematização dos dados que ajudaram a elucidar algumas das violações ocorridas, questiona-se hoje sobre seu legado para a construção do sentido amplo do processo de democratização brasileiro. A questão toma amplitude ainda maior na medida em que, no plano político, à deposição de Dilma Rousseff do poder seguiram-se governos com poucas afinidades, ou de clara oposição em relação à discussão sobre os direitos humanos e seus princípios mais fundamentais. Desta forma, qual a possibilidade de perpetuar os efeitos de uma política pública de direito à verdade dentro de um cenário de forte ataque aos direitos humanos e à justiça de transição?

A instalação da Comissão Municipal da Verdade em Volta Redonda no ano de 2014 é parte da política pública de memória e justiça implementada no governo Dilma Rousseff. Para a criação da CMV-VR, convergiram uma série de atores políticos e sociais, entre eles advogados, pesquisadores, professores, vereadores, membros de movimentos sociais, entre outros. Em uma primeira disputa político-simbólica, podemos mencionar a reivindicação e posterior perda da presidência da Comissão por parte do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense. A entidade sindical havia galgado papel de destaque no cenário político até os anos 1980, porém, no novo contexto, seriam outros atores sociais que se colocariam à frente deste processo na região. Através de um projeto de lei submetido à Câmara Municipal de Volta Redonda, a Ordem dos Advogados do Brasil de Volta Redonda (OAB-VR) assumiria a presidência da comissão e

contrataria um historiador e filho de ex-presos políticos da região para se encarregar de levar adiante as investigações e proceder à coleta dos testemunhos da verdade. Se as violações praticadas na região ainda permanecem desconhecidas do grande público, sem dúvida os trabalhos da CMV-VR foram capazes de ativar uma rede de ex-presos políticos, proporcionando a oportunidade de se “passar o passado a limpo” (SELIGMANN-SILVA, 2008). Motivados por um “dever de memória” (ROUSSO, 1998), os sobreviventes da ditadura foram chamados a narrar suas histórias há muito silenciadas, dando origem a um processo de reparação simbólica potente e cujas repercussões ainda estão para serem dimensionadas.

Outro elemento particular da CMV-VR diz respeito à constatação de que investigar as graves violações ocorridas durante a ditadura em Volta Redonda significava compreender o papel do 1º BIB em Barra Mansa e sua relação com a cidade vizinha. Assim, a história de ambas as cidades está intimamente conectada, seja no processo de desenvolvimento e controle da classe trabalhadora, seja no movimento de circulação urbana da população.

No decorrer dos trabalhos desenvolvidos pela CMV-VR, um dos desafios estabelecidos pelo grupo de trabalho foi o de realizar o levantamento das violações ocorridas no interior da UPV. Os arquivos da ex-estatal CSN haviam permanecido por grande tempo fora do alcance dos pesquisadores, a despeito de seu caráter público, uma vez que os documentos que compõem objeto de interesse dos pesquisadores das violações são aqueles que remetem ao período em que a empresa era estatal (1941-1993). A entrada e o trabalho de levantamento do material produzido por órgãos de informação e investigação dentro da empresa foram possíveis em função de uma negociação que envolveu representantes da empresa, do Ministério Público, do Arquivo Nacional e membros da comissão municipal da verdade. Cabe salientar neste sentido o papel desempenhado pelo MPF no suporte à Comissão da Verdade, o que permitiu em grande medida a negociação que levou à “abertura” (ainda que provisória) dos arquivos da empresa para a CMV-VR e, mais tarde, o encaminhamento de propostas de transformação do espaço de tortura do 1º BIB em um centro de memória.

Limitações de ordem técnica representavam ainda um novo empecilho ao alcance dos trabalhos realizados pela Comissão: a inexistência de uma organização prévia do acervo da empresa, e a necessidade dos próprios pesquisadores e membros da CMV de identificar e catalogar cerca de 6.000 caixas de arquivo com documentos produzidos no período em que a empresa era estatal. Dentro deste material, os trabalhos da Comissão buscavam em princípio identificar os documentos do chamado “arquivo sujo”, documentos produzidos pela Assessoria de Segurança e Informação (ASI), órgão de vigilância e controle que atuou no interior da usina até o ano de 1991. Embora os arquivos produzidos pela ASI não tenham sido encontrados nos arquivos da CSN, uma série de outros documentos atestam a existência e atuação do órgão na usina³ mesmo após o período de reestabelecimento formal da democracia no país em 1985. Este achado aprofunda a tese sobre os laços de continuidade entre o período da ditadura e a redemocratização, materializados tanto na sobrevivência de órgãos de investigação como a ASI no período democrático, como em formas de repressão violentas aos movimentos, como na greve de 1988 na usina, que culminou com o assassinato de três operários por membros das forças armadas. Este fato gerou grande comoção e repercussão nacional e internacional tendo em vista sua ocorrência na vigência de instituições democráticas. A existência da ASI e a repressão violenta ao movimento sindical dão suporte à tese sobre a existência de uma ditadura tardia na região.

Na região Sul Fluminense, a Comissão Municipal de Volta Redonda foi uma das mais ativas do país. A partir do apoio da CEV-Rio e da articulação com a OAB local e a UFF de Volta Redonda foi possível avançar nas investigações sobre o período ditatorial na região. Apesar de Volta Redonda ter sido objeto de muito interesse acadêmico, devido à centralidade que a Companhia Siderúrgica Nacional lhe rendeu, suas memórias e a investigação histórica estão em sua maioria relacionadas ao movimento operário dos anos 1980, a partir da experiência do movimento do Novo Sindicalismo na região e das greves de massas que envolveram toda a cidade. O período ditatorial, contudo, tanto na região como em nível nacional, foi tratado como de “passividade” da classe

³ Como boletins de serviço, organogramas, entre outros.

trabalhadora, à exceção das greves de Osasco e Contagem (SANTANA, 1999). Contudo, as investigações desenvolvidas pela comissão municipal e pela UFF vêm revelando novas personagens e episódios no período da ditadura militar totalmente alheios ao conhecimento da população local e mesmo do público acadêmico.

Todo o material reunido pelo trabalho da comissão encontra-se hoje sob a guarda do Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (CEMESF), criado em 2015 na Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda. Atualmente, o centro de memória desenvolve projetos de pesquisa e extensão relativos à história e memória da região, com particular interesse sobre o período da ditadura civil-militar. As atividades desenvolvidas pelo centro buscam envolver diferentes atores no debate da justiça de transição e dos direitos humanos: ex-presos políticos e familiares, professores e estudantes, defensores de direitos humanos, movimentos sociais, representantes do poder municipal e do Ministério Público Federal, entre outros. O CEMESF foi criado com o objetivo de dar ampla divulgação, através de palestras, atividades extensionistas e de suporte digital aos documentos e leituras produzidos pela CMV-VR e pelos projetos de pesquisa que têm a região como objeto de estudo. Dos trabalhos iniciados pela CMV e pela atuação do MPF na cidade de Volta Redonda, o CEMESF herdou os desafios de: 1) Colaborar na busca pela abertura e divulgação de documentos produzidos no período da ditadura, e em particular aqueles que integram o acervo histórico da CSN; 2) Atuar no sentido de colaborar com órgãos públicos, políticos e movimentos sociais para a criação de um centro de memória no espaço hoje conhecido como Parque da Cidade de Barra Mansa, onde funcionou o Batalhão de Infantaria Blindada. É sobre as disputas em torno da criação deste espaço que nos debruçaremos agora. Isto por que, através desta experiência, é possível perceber que os desdobramentos do trabalho das CMVs estão grandemente sujeitos às conjunturas políticas/ideológicas, que interferem de forma contundente no sentido de barrar/permitir, acelerar/frear o movimento de produção destes espaços, em continuidade ao desenvolvimento de políticas mais permanentes de memória e verdade.

O termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e as idas e vindas na criação do Centro Memória, Verdade e Direitos Humanos de Barra Mansa

A Prefeitura Municipal de Barra Mansa firmou no ano de 2016 o Termo de Ajustamento de Conduta nº 3/2016 com o Ministério Público Federal com vistas, entre outras coisas, à criação de um Centro em memória das vítimas do regime militar no antigo espaço do BIB, atual Parque da Cidade.

Após a celebração do TAC, foi criado um Grupo de Trabalho para a discussão sobre as formas de ocupação e uso do espaço. A Comissão reuniu membros da sociedade civil, dos movimentos sociais, da Igreja católica, da prefeitura de Barra Mansa e da Universidade Federal Fluminense no período de 2017 a 2018. Ficou definido a partir de então que a UFF, na pessoa de seus professores, pesquisadores e integrantes do CEMESF, ficaria responsável por gerir os dois prédios que integravam as instalações do BIB, antigos espaços de tortura.

É importante ressaltar que a atuação do MPF foi decisiva tanto no período de instalação e início dos trabalhos da CMV, quanto no período posterior, de negociação para a implantação do Centro de Memória no antigo BIB. Esta orientação do MPF, no entanto, sofreu um revés no ano de 2018. No início deste ano, Edgard Bedê, pesquisador que esteve à frente das investigações da CMV-VR, recebeu o comunicado da promoção do arquivamento do inquérito civil público que estabeleceu o TAC. O pedido havia sido feito pela nova procuradora Bianca Britto de Araújo, com uma argumentação pouco sensível e respeitosa com relação ao direito à memória e à verdade. Alguns elementos de sua argumentação merecem destaque. Em primeiro lugar, o documento alegava a prescritibilidade dos crimes cometidos durante a ditadura e referenda, em diferentes momentos, a Lei de Anistia de 1979 e decisão de sua manutenção pelo STF em 2010. Em segundo lugar, questionava a relevância da destinação de emenda parlamentar para um projeto de criação do centro de memória como previsto no TAC, tendo em vista a carência de recursos públicos para os setores básicos de atendimento da sociedade. Além disso, a procuradora questionava a própria competência do

MPF para tratar desta questão, acusando o TAC de estar “contaminado pela coloração política”, e de entendimento de que o MPF não deveria “ditar as espécies de políticas ou instrumentos públicos adotados pelo gestor público municipal para implementação de suas atividades”. Além disso, o documento alegava que o TAC não poderia exigir da prefeitura a criação do centro de memória no espaço previsto porque isso representaria ônus para a Prefeitura que não disporia de recursos para tal. Não caberia, portanto, conduta a ser ajustada, já que o município não teria descumprido nenhuma medida, uma vez que a responsabilidade pelos crimes praticados durante a ditadura compete às Forças Armadas e ao governo federal. Cumpre salientar que o TAC foi firmado ao final da gestão do Prefeito Jonastonian Marins, e que seu questionamento ocorreu na gestão seguinte, do prefeito Rodrigo Drable, que discute projetos de transformação do espaço em um grande empreendimento comercial da cidade.

Atualmente, o recurso de emenda parlamentar recebido pela UFF tem possibilitado a continuidade dos trabalhos de ampliação do acervo, digitalização e divulgação de materiais sobre a história da região Sul Fluminense, e também o desenvolvimento de ações no sentido de criar o Centro de Memória, Verdade e Direitos Humanos (CMVDH). Foi dado início recentemente à primeira etapa de concepção deste espaço: o lançamento de dois editais para a seleção de consultorias para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico, e de um projeto museológico. Para além destes trabalhos, a Universidade Federal Fluminense (UFF) vem desenvolvendo projetos de extensão que buscam realizar a ocupação do espaço com atividades pedagógicas vinculadas à discussão das temáticas de direitos humanos e da memória, tais como o Cine Arquivo, Direitos Humanos nas escolas e o projeto Visita guiadas ao antigo BIB.

Apesar de estarmos vivendo um período de fortes ataques aos direitos humanos e especialmente de desmonte de uma série de políticas públicas voltadas para a memória e a reparação, no que se refere à região Sul Fluminense podemos dizer que houve avanços significativos no sentido de dar continuidade aos trabalhos iniciados pela comissão. Nesse sentido, gostaríamos de destacar o papel fundamental que as universidades, sobretudo públicas, vem

desempenhando neste processo, funcionando como ator central no processo de disputas de memória e formulação de políticas públicas de memória. Vimos observando em nossa localidade o nascimento de novas pesquisas ligadas à temática, um processo de ativação da memória dos sobreviventes que se expande para além das vítimas diretas, mas começa a ativar as memórias de homens e mulheres “comuns”, que não tinham envolvimento direto com a vida política nem sofreram perseguição direta, mas conviveram igualmente com o medo e o silêncio.

A partir do contato com os sobreviventes e do estudo sobre as violações ocorridas durante o período ditatorial, as novas gerações, estudantes universitários e secundaristas vêm despertando seu interesse para esse momento histórico. As histórias de dor e resistência que começam a circular em alguns meios sociais despertam sentimentos diversos: indignação, senso de injustiça, identificação, tristeza, inspiração. São muitos e variados os efeitos. De toda maneira, parece ser um movimento transformador, sentem-se chamados a concretizar as reivindicações dos sobreviventes da ditadura. Há um efeito familiar potente também, uma vez que estes jovens são responsáveis pelo despertar de memórias no seio de suas famílias. Dessa troca emergem memórias subterrâneas, assim como constrói a oportunidade de reflexão ética sobre o papel do Estado, a importância dos direitos, o valor da democracia e da justiça social.

Referências Bibliográficas

- BEDÊ, Edgard D. A. T. *A formação da classe operária em Volta Redonda*. Volta Redonda: 2010.
- COUTO, André Luiz F. *Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa*. Tese (Doutoramento), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, 2016.
- CMV-VR. *Relatório Final (2013-2015)*. Volta Redonda, set. 2015.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of Third World*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- GRACIOLLI, Edilson. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: Edufu, 1997.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N. 41, São Paulo, ANPOCS, 1999.
- MOREL, Regina L. M. *A ferro e fogo construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese (Doutorado em Sociologia) IFLCH, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.
- ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Paris, Textuel, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- SARLO, Beatriz. *Tempo e passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. clin.* [online]. 2008, vol.20, n.1, pp.65-82.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- UFF-VR. "Relatório Parcial" in CEV-Rio. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.
- VEIGA, Sandra M; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda: entre o aço e as armas*. IMO's gráfica e Editor Ltda, 2008.
- WEICHERT, Marlon. "Apontamentos sobre justiça de transição". In: *Justiça de transição, direito à memória e à verdade: boas práticas*. Brasília, MPF, 2018, pp. 44-69.